
Políticas Públicas Educacionais para a Construção do Espaço Tecnológico e Comunicacional na Escola: o Contexto do Laboratório de Informática em Belém-PA¹

Fabrcio SANTA BRÍGIDA²

Lucilinda Ribeiro TEIXEIRA³

Will Montenegro TEIXEIRA⁴

Faculdade Pan Amazônica, Belém, PA
Universidade da Amazônia, Belém, PA
Faculdade Paraense de Ensino, Belém, PA

RESUMO

Para a realizaçãe e construçãe de uma nova agenda educacional, as formas e relaçães ligadas aos processos formais de letramento e sua relaçãe com os múltiplos contextos das prátics de linguagem, devem ser repensadas. Desta forma, este artigo apresenta discussões acerca das políticas públicas educacionais e o processo de adaptaçãe à realidade regional, considerando a realidade do Estado do Pará, bem como as mudançãs e adequaçães a partir das novas diretrizes educacionais. Constatou-se que das 8 escolas pesquisadas 3 não possuem Laboratório de Informática e não realizam prátics de utilizaçãe das TDIC; as 5 escolas que possuem laboratório de informática, necessitam de manutençãe e atualizaçãe para utilizaçãe. Tais fatos demonstram que as escolas não estão seguindo o que preconiza as novas diretrizes educacionais traçãdas pela BNCC e pelos documentos orientadores da educaçãe no país.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicaçãe; Educaçãe; Políticas Públicas Educacionais, Tecnologia.

1. INTRODUÇãE

A educaçãe vem sofrendo mudançãs significativas a partir da inserçãe de novas tecnologias e da mudançãa da forma de produzir e consumir desde o processo da corrida pela expansãe de novos mercados, por meio das grandes navegaçães dos séculos XV e XVI, até os dias atuais com o acirramento da forma de produzir e consumir acelerado pelo processo da globalizaçãe.

Na construçãe dessa nova agenda para educaçãe a partir da realidade de um mundo globalizado se faz necessáριο repensar as formas e as relaçães, em especial, aquelas referentes aos processos formais de letramento e sua relaçãe com os múltiplos contextos das prátics de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicaçãe e Educaçãe, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicaçãe, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicaçãe.

² Doutorando e Mestre em Comunicaçãe, Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Coordenador pedagógico e professor adjunto da Faculdade Paraense de Ensino (Fapen) e da Faculdade Pan Amazônica (Fapan). E-mail: fasantabrigida@gmail.com.

³ Doutora em Comunicaçãe e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular da Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: lucilind@uol.com.br

⁴ Doutorando em Comunicaçãe, Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Coordenador e professor adjunto dos cursos de Comunicaçãe Social (habilitaçãe em Publicidade e Propaganda) da Faculdade Paraense de Ensino (Fapen) e da Faculdade Pan Amazônica (Fapan). Professor da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa). E-mail: willmontenegro@hotmail.com.

linguagem para o entendimento das demandas sociais e práticas discursivas contemporâneas e a garantia de direitos na e para formação dos alunos.

Com a constatação deste desafio para a educação, o artigo apresenta discussões acerca das políticas públicas educacionais e o processo de adaptação à realidade regional, considerando a realidade Estado do Pará, bem como as mudanças e adequações a partir das novas diretrizes educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as Diretriz Curriculares Nacionais em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9394/96).

Realizamos uma pesquisa por meio de um estudo qualitativo de caso na Unidade Seduc na Escola 1 – USE1, a maior da Região Metropolitana de Belém, que administra 26 escolas, com o objetivo de verificar se possuíam laboratório de informática; se atendiam aos critérios de lotação da Secretaria; e se aplicavam os projetos que viabilizam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para possibilitar novos letramentos ou o letramento digital.

Para alcançar os objetivos, realizamos a análise documental disponibilizada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc); dados produzidos pela USE1, bem como os projetos apresentados como requisito fundamental para lotação do professor no espaço pedagógico – Laboratório de Informática. Dentro do universo identificado (26 escolas), nos detemos nas escolas que possuem o ensino médio (8 escolas). O critério de seleção ocorreu em virtude dos baixos índices de avaliação (Ideb/Saeb) no último período avaliativo.

Os resultados deste estudo serão apresentados neste trabalho. Seu conteúdo foi dividido da seguinte forma: primeiramente, serão feitas considerações acerca das transformações ocorridas no processo educacional a partir dos efeitos da globalização e com o objetivo de compreender as mudanças implementadas na legislação educacional para o atendimento dessa nova agenda imposta à educação. Consideramos o estudo qualitativo de caso de uma USE da Grande Belém, pertencente à rede pública de educação do estado do Pará, culminando com as considerações finais sobre o tema.

2. USO DA TECNOLOGIA EM SALA DE AULA

Nas últimas décadas, observamos que o mundo vem apresentando inúmeras transformações, fruto de acontecimentos históricos marcantes e que causaram profundas mudanças na vida dos homens.

Desde o começo das grandes navegações ocorridas ao longo dos séculos XV e XVI, o mundo vem em uma corrida expansionista por novos mercados consumidores, acelerada pela

revolução Industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX que inovou no modo de produção do ocidente com a substituição da mão de obra manual pela máquina, e, mais recente com as mudanças ideológicas e a queda do regime socialista do século passado, que favoreceu o surgimento de novos mercados e constituiu um novo estágio do processo de internacionalização do capital e o estabelecimento de um novo processo denominado de globalização e elevou o patamar do processo expansionista pela conquista de novos mercados, com novas formas de trocas comerciais e financeiras através da atuação das empresas transnacionais geograficamente espalhadas pelo planeta, buscando não só a integração do viés econômico, mas o político, o social e o cultural.

A globalização tem vários aspectos a serem considerados, como os já citados, mas sem dúvida alguma, a associação da tecnologia às formas de controle e gestão do trabalho por meio dos meios de comunicação, foi o que ajudou a consolidar esse fenômeno.

Essa associação possibilitou que as tecnologias da comunicação e da informação ajudasse na transformação da sociedade, alterando o cotidiano das pessoas, favorecendo a descoberta de um mundo desconhecido, através de um fluxo de informações frequentes, dada a capacidade de interagir instantaneamente com várias partes do mundo no estabelecimento de novas lógicas cotidianas de lugares nunca antes imaginados e propagando o *American Way of Life* como modo de vida mundial.

Outro aspecto de destaque inter-relacionado é o econômico, sendo o principal aspecto, na realidade, a ditar a evolução da globalização que pelo poder do capital homogêneo e diferenciado. A homogeneização ocorre, pois há a imposição dos padrões dos agentes da globalização, tendendo a igualar tudo em distintas partes do mundo e aos aspectos locais, cabe o processo de diferenciação.

Segundo Santos (2003, p. 44 e 45),

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do “mundo”, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global.

Os recursos midiáticos e o favorecimento da evolução dos transportes possibilitaram a difusão de diversos elementos culturais de maneira global e de certa medida o fortalecimento ou consumo de identidades locais e propiciou o surgimento da chamada Era da Informação.

Segundo Lévy (1998), vivemos em um tecnocosmo, no qual, a maioria das pessoas produz, transforma e propaga informações em uma velocidade nunca, antes vivenciada, ocasionado um impasse de como transformar essa informação em conhecimento.

Essa nova Era da Informação, desafia em muitos aspectos a adaptabilidade do homem ao novo contexto social, pois a partir do desenvolvimento da computação sem fio, pervasivo e ubíqua, e com a popularização dos telefones celulares e das redes de acesso à internet sem fio, ocorre a transformação do comportamento e principalmente da linguagem dos indivíduos, que passa a ser um recurso interativo social, proporcionando e subsidiada pelas plataformas e redes interativas, redimensionamento a emissão de informação, recepção de informação, dos canais de transmissão das informações e dos códigos que organizam informações em mensagem, através de múltiplos sistemas linguísticos.

Trata-se de transformações nas práticas sociais e na forma de produzir e consumir informação, influenciando mudança também, na educação a partir da inserção das novas tecnologias como um instrumento necessário e significativo, na atualidade, para o processo de ensino/aprendizagem, sob a perspectiva de letramento digital e/ou novos letramentos.

Segundo Barbosa (2017, p. 2),

Trabalhar na perspectiva dos novos e multiletramentos ou tomar a tecnologia como lugar em que novas práticas sociais, culturais e de linguagem têm espaço não é somente incluir novos gêneros ou usos de ambientes e ferramentas no currículo – como comentários, posts, vlogs, memes, *playlists* comentadas, reportagens multimidiáticas, videominutos, *podcasts*, *vidding*, *political remix*, agregadores de conteúdos, construtores de *games*, redes sociais, editores de foto, vídeo, áudio etc. –, nem tampouco propor que os alunos façam o que já fazem fora da escola. As dimensões ética, estética e política precisam permear as atividades e discussões.

Na construção dessa nova conjuntura comunicativa de interação entre linguagem e contexto social, mediado ou intermediado pela tecnologia, é necessário repensar as formas e as relações, em especial, aqueles referentes aos processos formais de letramento e sua relação com os múltiplos contextos das práticas de linguagem para o entendimento das demandas sociais e práticas discursivas contemporâneas e a garantia de direitos na e para formação dos alunos.

Recentemente, em 2017, o Conselho Nacional de Educação apresentou a Resolução CNE/CP nº. 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Básica e, em 14 de dezembro de 2018, durante sessão extraordinária, o mesmo Conselho apresentou a Resolução CNE/CP nº. 4, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, e que em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino públicas e privadas de todo país, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Brasil, com previsão que até 2020 se implantem todas as modificações.

O objetivo da Base é produzir conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da vida estudantil, tanto para o ensino básico, quanto para o ensino médio. Em consonância sempre o que estabelece a LDB-9394/96 e os princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, a Base Nacional Comum Curricular soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A nova diretriz organiza o ensino médio em quatro áreas do conhecimento somadas à possibilidade do ensino profissionalizante, que são: Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa); Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Formação Técnica e Profissional, destacando-se a de Linguagens, (Língua Portuguesa) e Matemática, como obrigatórias em todos os períodos e não entrando na possível flexibilização do currículo.

Nessa nova agenda educacional brasileira que vem se constituindo é necessário questionar o direcionamento e implementação das TDIC em sala de aula e como deve se desenvolvido o ensino a partir dessa perspectiva, pois a escola tem a necessidade de contemplar de forma teoricamente e embasada as novas práticas de linguagem e de produção, ajudando os alunos a estabelecer uma relação crítica de sentidos diante do uso da TDIC.

Segundo a BNCC, o componente curricular relacionado às Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa) está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e os demais documentos e as orientações produzidas nas últimas décadas. Contudo, a base enfatiza que há uma busca para o melhoramento, tendo em vista “as transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC)” (BRASIL, 2017, p. 65).

Diante do processo de desenvolvimento da leitura e escrita, a partir da perspectiva do incremento tecnológico, há a necessidade desse processo transcender a simples aquisição e manejo de técnicas e estratégias, mas contextualizá-las à realidade social em que o indivíduo está inserido.

Essa perspectiva é o que vem sendo considerada por inúmeros pesquisadores dos novos Estudos do Letramento nas últimas duas décadas, para dar conta dessa nova demanda educacional, não só no Brasil, mas no mundo todo. Esse estudo se inicia na Europa e na América do Norte, por pesquisadores como Scribner & Cole (1981), Heath (1983), Street

(1984), Garcia-Canclini (2005, 2006); Lankshear & Knobel (2006, 2011) e Pahl & Rowsell (2012) e, no Brasil, por Soares (2002), Kleiman (2010, 2015), Rojo (2012, 2015), e Barbosa (2014), dentre outros.

Um dos grandes desafios da atualidade para escola é pensar sua função social e suas práticas educativas em uma sociedade imersa na informação globalizada, onde a sociedade se transforma em uma velocidade espantosa e com ela a necessidade de entendimento da realidade.

A escola, segundo Santa Brígida (2015, p. 72 e 73)

A escola e os sistemas educacionais têm grandes e novos desafios diante da generalização e da grande demanda de informação. A escola não é mais somente um ambiente de formação, com vem sendo praticada, mas precisa constituir-se como um espaço organizador de múltiplos espaços de formação, pois interage e age com muitos entes e que demandam novos aspectos que necessitam ser examinados e introduzidos em suas práticas sociais, como o letramento digital a partir da leitura e da escrita que da base para aquisição de conhecimento e do exercício a cidadania.

Entretanto, apesar da constatação da importância dos aspectos enfatizados anteriormente, bem como do que é estabelecido oficialmente pelo Ministério da Educação para que se tenha garantido o direito a uma educação de qualidade, nos deparamos no interior das escolas com uma realidade totalmente diversa e em descompasso com o discurso oficial, na constatação que os alunos não vivem em uma realidade tecnológica e digital; não tem acesso a redes e muito menos possuem aparelhos para realizar essa conexão.

O desafio passa a ser maior se consideramos o contexto de cada localidade, em especial, a Amazônia, por ser uma região caracterizada por uma temporalidade e espaços peculiares, com históricas limitações, materiais, físicas, estruturais e pedagógicas que condicionam ou dificultam a concretização dessas propostas de ensino, mas que vive e recebe influências dos efeitos da pós-modernidade em seus sujeitos, independentemente de seu contexto, e influi dando resposta de adaptação as mudanças, constitui-se um desafio de adaptação a essa nova reconfiguração de mudanças a partir da perceptiva educacional.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM DESCOMPASSO

Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino e institui a educação escolar. As políticas públicas de educação são materializadas através de programas e ações elaboradas pelo poder público, para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação pública de qualidade aos cidadãos.

As políticas públicas educacionais são vinculadas as decisões tomadas pelos governos em relação ao ensino e à educação no país, seguindo uma hierarquia a nível federal, estadual e municipal.

As políticas de educação brasileira são garantidas pela Constituição Federal e por outras leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação.

O direito dos cidadãos de ter acesso à educação é garantido pela Constituição Federal no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já a LDB estabelece as regras fundamentais que devem ser seguidas pelo sistema educacional do país, tanto para a rede pública de ensino como para a rede privada.

No entanto, os baixos níveis de investimento em educação, o salário baixo do profissional, a falta de infraestrutura, a violência nas escolas e a falta de perspectiva profissional denotam que essas políticas públicas não contemplam a realidade e o cotidiano das escolas, principalmente a escola pública.

A escola é uma instituição social que reflete as relações que desenvolve com seus entes, é um espaço natural de interação e diálogo. Na escola, por ser natural esse processo de encontro, ocorre naturalmente a dialogicidade, que Paulo Freire (2014) denomina de “experiência do conviver”.

A escola, segundo Santa Brígida (2015, p. 11), é um inerente espaço de relações, também ‘sofre’ e influencia o meio em que está inserida, e tecnologia ajuda a configurar novas possibilidades, atitude, competências, valores e códigos de uma nova cultura emergente: a digital.

As políticas públicas educacionais relativas à inclusão das TIC no Brasil, necessitaram ser articuladas para sua implementação, desde a proposição até a sua execução. A realidade é que, se consome informação e não há a possibilidade de processamento dessas informações para construção de conhecimento, quebrando o paradigma e integrando as tecnologias digitais como um novo modo de educar.

O descompasso entre as medidas adotadas pelo poder público e as necessidades educacional agravam o cenário da educação e dificultam a inserção de novas propostas.

3.1 Descrevendo a Realidade – Seduc

No Estado do Pará, em 23 de junho de 2015. Sob a Lei nº. 8.186 foi aprovado o Plano Estadual de Educação do Estado, com validade de 10 anos. O plano foi uma articulação coletiva entre a sociedade civil e o Fórum Estadual de Educação (FEE), Conselho Estadual de Educação (CEE) e a Seduc em consonância com que é estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) do Governo Federal.

Dentre todas as medidas para garantir uma educação pública e de qualidade aos paraenses, com a definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias se demarcou o que se pretende alcançar nas dimensões estabelecidas para a educação, considerando-se o acesso aos diversos níveis e modalidades de ensino, a qualidade da educação, a inclusão e a equidade, a gestão democrática, a valorização dos profissionais de educação e o financiamento.

A temática de implementação e acesso às TDIC no Plano Estadual de Educação do Pará aparecem de maneira transversal de modo geral, apoiando o processo educacional e de fomento a utilização das tecnologias como suporte, e de modo específico, como investimento em infraestrutura para implementação e formação:

15.6.) articular, com as IES públicas que oferecem cursos de licenciatura, a implementação do currículo desses cursos e estimular a renovação pedagógica, assegurando o foco no aprendizado do(a) estudante, com uma carga horária que assegure a formação geral e específica, em articulação com o currículo da educação básica, e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, a partir do segundo ano de vigência deste PEE; (PEE, 2015 p.59)

7.17) garantir, de acordo com suas competências, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; (PEE, 2015 p.76)

7.18) ampliar e/ou garantir, até o quinto ano de vigência do PEE, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, assim como, nas unidades dos estabelecimentos prisionais e unidades de medidas sócio educativas, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; (PEE, 2015 p.76)

O entrave para implantação efetiva de políticas de inserção das TDIC nas escolas estaduais ocorre quando não se articula o planejado com que tem que ser executado. Por conta desta realidade, os seus formuladores estabelecem ações que nunca serão executadas a contento, frente a uma realidade diversa que são as escolas.

Muitas vezes, são realizados investimentos na educação e em tecnologia, são comprados os equipamentos para todas as escolas sem que se conheça a realidade de muitas delas. Na maioria dos casos, a escola não está em condições de recebê-los, por não possuir rede elétrica que suporte a carga elétrica dos equipamentos instalados; não há condições administrativas e nem financeiras de manutenção dos equipamentos ou simplesmente não

possui local para instalar os computadores e muito menos tem acesso a rede de conexão a internet.

A rede estadual de Educação no Pará possui 975 unidades escolares, entre escolas e anexo em todo o estado. Segundo dados própria secretaria de educação no ano de 2019 foram 566.523. A secretaria se descentraliza em 22 Unidades Regionais de Educação (URE) para dar conta do estado todo. Cada URE administra um número de municípios paraenses. As UREs também se descentralizam e administram as USEs. Cada USE toma conta de e um número de escolas. Essa descentralização ajuda no controle das unidades.

Não seria um desafio tão grande administrar a Seduc, se não fosse à dimensão geográfica do estado do Pará e as considerações acerca da sua diversidade, pois trata-se do segundo maior Estado brasileiro. O maior em extensão territorial é o Amazonas. No Pará, temos além da diversidade natural, com todos os ecossistemas presentes no território, uma diversidade humana com populações indígenas e quilombolas, bem como migrantes e estrangeiros, atraídos pelos fluxos de exploração dos mineiros e da floresta. Muitas das escolas do estado são em municípios geograficamente distantes de centros urbanos, com precárias instalações físicas e sem acesso às redes de computadores. Há carência de profissionais, bem como carência de material para o desenvolvimento de atividades educacionais e também de merenda escolar.

A descrição desse cenário reflete nos índices de avaliação determinados pelo governo federal por meio do Ministério da Educação para verificar a qualidade e desempenho da educação e seus estudantes no País. O Ideb é o principal indicador de qualidade da educação brasileira. O índice avalia o ensino fundamental e médio no país, com base em dados sobre aprovação nas escolas e desempenho dos estudantes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Segundo os dados divulgados pelo Ministério da Educação em 2018, o Pará aparece nos resultados do indicador como a último colocado do ranking da Região Norte e penúltimo colocado no Brasil, com uma nota de 3,1. O Estado está estagnado com a mesma nota do Ideb de 2015, abaixo do Acre (3,8), Roraima (3,5), Rondônia (4,0), Amazonas (3,5), Tocantins (3,8) e Amapá (3,2). Em comparação com todos os estados da federação, o Pará está à frente apenas da Bahia (3,0).

É evidente o déficit do Governo no Pará quanto ao investimento em políticas públicas que façam uma intervenção efetiva e urgente na educação pública do estado. A Seduc não consegue suprir necessidades básicas dentro das unidades escolares, como a garantia de água filtrada, esgoto, segurança, profissionais qualificados, demonstrando o desalinhamento do que

se planeja com que se excuta do Plano Estadual de Educação na perspectiva de novos letramentos/letramento digital e uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

4. ESTUDO DE CASO – USE 1

O objeto de investigação foi a USE 1 pertencente a URE 19, com o objetivo de investigar quantas escolas pertencentes a unidade, possuíam laboratório e se atendiam aos critérios de lotação da Secretaria, bem como, se aplicavam os projetos que viabilizam as TDIC para possibilitar novos letramentos ou o letramento digital.

A Seduc, com o intuito de minimizar distância e principalmente a falta de comunicação entre as escolas e a Secretaria de Educação, instituiu as UREs – Unidades Regional de Educação. E para melhorar ainda o processo de descentralização, criou dentro das UREs as USEs que administram uma quantidade de escolas com o objetivo de prestar atendimento as escolas da rede e da própria comunidade ou até pela distância entre a sede e as escolas.

Quadro 1: Listagem das Escolas pertencentes a USE 1

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
EEEF ALMIRANTE GUILLOBEL
EEEF BOCA DO ACRE
EEEF CLUB DE MÃES SAGRADA FAMILIA
EEEF GRAZIELA MOURA RIBEIRO
EEEF JONATHAS PONTES ATHIAS
EEEF MARIO CARNEIRO DE MIRANDA
EEEF NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA I
EEEF PADRE MARCOS
EEEF PRATINHA II
EEEF PRESIDENTE CASTELO BRANCO
EEEF PROFESSORA EMILIANA SARMENTO FERREIRA
EEEF PROFESSORA ESTHER BANDEIRA GOMES
EEEF ROSALINA ALVARES DA SILVA CRUZ
EEEF RUY PARANATINGA BARATA
EEEF SANTA LUZIA DE MARILAC
EEEF SANTO AFONSO
EEEF SÃO VICENTE DE PAULA
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO
EEEFM ANTONIO GOMES MOREIRA JUNIOR
EEEFM DOM PEDRO I
EEEFM DR. PAULO FONTELLES DE LIMA
EEEFM ESTRADA NOVA
EEEFM EUNICE WEAVER
EEEFM RENATO PINHEIRO CONDURU
EEEFM SANTA LUZIA
EEEFM ACY DE BARROS

Fonte: <http://www.seduc.pa.gov.br/porta/escola> <Acesso 25.06.2019>

Na análise das informações coletadas pudemos realizar o cruzamento das informações, utilizando método qualitativo para identificação da situação proposta para o estudo de caso, pois segundo Yin (2010, p. 32)

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Identificamos dentre as 8 escolas de ensino médio que pertencem a USE1, que 5 escolas possuem laboratórios de informática, porém todas necessitam de manutenção e atualização nos equipamentos de informática ou na estrutura do laboratório.

**Quadro 2: Listagem das Escolas que possuem ensino médio (USE1)
/Situação do laboratório**

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO – USE1	
ESCOLAS	SITUAÇÃO DOS LABORATÓRIOS
EEEFM ANTONIO G. MOREIRA JUNIOR	Possui laboratório, porém falta manutenção dos computadores
EEEFM DOM PEDRO I	Possui laboratório, porém todas as máquinas paradas
EEEFM DR. PAULO FONTELLES DE LIMA	Não possui laboratório
EEEFM ESTRADA NOVA	Não possui laboratório
EEEFM EUNICE WEAVER	Não possui laboratório
EEEFM RENATO PINHEIRO CONDURU	Possui laboratório, porém necessita de manutenção (rachaduras)
EEEFM SANTA LUZIA	Possui laboratório, porém precisa de manutenção nos computadores
EEEFM ACY DE BARROS	Possui laboratório, porém necessita de manutenção

Fonte: Dado produzido pela USE1/2019

Todas possuem professores lotados nos espaços pedagógicos – Laboratórios de informática, com projetos aprovados pela Seduc.

É um critério para lotação do professor a apresentação de um projeto para espaço com plano de ação a ser executado considerando a quantidade de turmas da escola, a necessidade de articulação das atividades e os conteúdos das disciplinas e a disponibilização de horários.

Mesmo com a necessidade apontada nos relatórios produzidos pela USE 1, pudemos identificar pelas ações da escola que ocorrem atividades nos Laboratórios de Informática e que atividade se articulam com as disciplinas do núcleo comum da matriz curricular.

Essas atividades possibilitam o aluno interagir no mundo digital por meio da formulação de atividades, realização de pesquisas, realização de provas e simulados, bem como poder visualizar atividades relacionadas as disciplinas ministradas em sala de aula. Há uma reflexão a cerca da utilização da tecnologia e das redes sociais, percebido claramente na realização de palestra sobre a temática, como exemplo a palestra sobre “Fakes e Fatos na Internet”, realizada na escola EEEFM Antonio Gomes Moreira Junior.

Nessas escolas, analisamos que apesar da falta de estrutura e da falta de suporte técnico por parte da Seduc, existem atividades relacionadas à implementação da tecnologia no

cotidiano dos alunos e que o laboratório de informática é utilizado, mesmo com precárias condições.

Consideramos que o Laboratório de Informática não seja o único elemento para que possam ser realizadas atividades de letramento digital ou de novos letramentos com suporte da tecnologia, mas que é um elo dentro da formação de uma cultura e da possibilidade de utilização e adaptabilidade ao mundo.

As exigências atuais da pós-modernidade, imposta à agenda da educação, requerem um novo modo de educar, onde se faz necessário a integração das tecnologias digitais ao cotidiano do aluno, compreendendo que as tecnologias digitais estimulam novas possibilidades e influenciam paradigmas e concepções de ensino.

Segundo Soares e Rosa (2018, p.21),

É preciso repensar o papel das tecnologias do ensino e, dessa forma, reconstruir as trajetórias didático-pedagógicas, ressignificar os papéis dos sujeitos, do tempo e do espaço de aprendizagem e abrir o currículo para abarcar novas competências e habilidades para o cidadão contemporâneo.

No restante de escolas pertencentes à USE 1, as três escolas não possuem Laboratório de Informática e com isso não proporcionam nenhum tipo de atividade ligada a tecnologia, dentro do desenvolvimento das atividades da escola. As atividades de letramento digital não ocorrem na escola. O que ocorrem são atividades pontuais, por iniciativa do professor, como visualização de filmes e vídeos, escutam músicas e orientação de pesquisas que utilizem a internet, fora da escola, pois a mesmas não possuem equipamentos para este fim. Nessas escolas, analisamos que as TDIC não são utilizadas de forma alguma pelos alunos, ficando esses somente como consumidores da informação.

As exigências, na formação dos alunos, estabelecidas nas novas diretrizes implementadas pela BNCC e nas Curriculares Nacionais, enfocam que na formação de alunos leitores e produtores de conteúdo/textos.

Entretanto, é preciso considerar que o currículo deve proporcionar um letramento significativo para os alunos (ROJO, 2007), ou seja, deve “validar e legitimar as experiências” dos alunos.

Não necessariamente a escola que não possui equipamentos de informática, não possa discutir tecnologia e as transformações que ela implementa na vida de todos, mas ressignificar os usos da tecnologia que o aluno vê na utilização social. Como deslocar-se a um caixa eletrônico, a utilização de celulares e o preenchimento do formulário eletrônico do Enem. Como forma de “validar e legitimar as experiências que os alunos trazem de suas vidas cotidianas para a sala de aula” (ROJO, 2007, p.77).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Era da Informação ocasionou muitas transformações no cotidiano do homem, desafiando sua adaptabilidade ao contexto global e influenciando nos aspectos econômico, político, cultural e social de sua vida. Essas transformações como não poderiam deixar de ser, afetam a produção, o consumo e as práticas sociais vividas.

A educação é um dos sistemas transformados a partir inserção das novas tecnologias e da mudança da forma de produzir e consumir o cotidiano, sendo necessário também adaptar-se ao processo de ensino/aprendizagem, sob a perspectiva de letramento digital e/ou novos letramentos para o processamento da informação.

No decorrer da pesquisa podemos identificar alguns pontos de descompasso das políticas públicas em relação ao planejamento e sua execução. Nas propostas que são estabelecidas nos planos e Projetos para educação na atualidade é necessário sensibilidade e percepção dos governantes para viabilidade das propostas elaboradas.

Analisamos, através de um estudo qualitativo de caso a USE1, a maior da Grande Belém, que administra 26 escolas. Focamos nas escolas de ensino médio da USE1 com o objetivo de verificar se possuíam laboratórios; se atendiam aos critérios de lotação da Secretaria; e se aplicavam os projetos que viabilizam as TDIC para possibilitar novos letramentos ou o letramento digital.

Evidenciamos que das 8 escolas pesquisadas 3 não possuem Laboratório de Informática e não realizam prática de utilização das TDIC demonstrando que não está seguindo o que preconiza as novas diretrizes educacionais traçadas pela BNCC e pelos documentos orientadores da educação no país. Tais práticas dependem do suporte da rede de educação estadual, mas também podem começar a existir com a mudança de olhar na formação e na preparação dos professores a essa nova forma de educar.

A investigação constatou que 5 das 8 escolas possuem laboratório de informática, mas que necessitam de manutenção e atualização para utilização, entretanto, isso não impediu a execução de atividades que foram previstas nos projetos/planos de ação de exigência da Seduc para serem realizadas. A utilização das TDIC tem levado o aluno a refletir sua realidade e as transformações que o mundo vem vivenciando a partir da tecnologia.

Para mudança desse quadro, o Pará necessita não somente da execução de um Plano Estadual de Educação, mas também deve considerar a realidade desfavorável e diversa para implementação de uma política uniforme. Há de se considerar a diversidade regional e

proporcionar infraestrutura, formação profissional e uma total articulação do que se planeja ao que se executa em relação às políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. P. **Sobre novos e multiletramentos, culturas digitais e tecnologias na escola.** Plataforma do letramento. Coluna. Disponível em <http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista-coluna-detalle/1044/sobre-novos-e-multiletramentos-culturas-digitais-e-tecnologias-na-escola.html>. <acesso em 25.06.2019>

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum. Ensino Fundamental.** Ministério da Educação. Governo Federal. MEC, Brasília. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Série Legislação Brasileira).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: KLEIMAN, Angela B. (org.). Os Significados do Letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

LEVY, P. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1998.

PARÁ. Secretaria de Educação. **Dados do Censo Escolar 2019.** Belém, Junho 2019. Disponível em: http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php?codigo_use=19&codigo_use=1 < acesso 20.06.2019>

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. **Multiletramentos e currículo no ensino integral:** anos iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2015. (Circulação restrita.)

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009. _____. **Pedagogia dos Multiletramentos: Diversidade cultural e de linguagens na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 264p.

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 264p.

SANTA BRÍGIDA, F. B. **A Escola Tradicional no Mundo Digital: Uma Análise da Prática de Letramento Digital na Contemporaneidade em uma Escola em Belém do Pará,** 2015. (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia, Belém, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SOARES, D. M. C; ROSA, A. A. C. **A Base Nacional Comum Curricular: Considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa e os Multiletramentos.** Revista do SELL. Minas Gerais, v.7, nº 2, 2018. Disponível em

<http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/sell/article/view/3591>
25.06.2019>

<acesso:

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** Educação & Sociedade, Unicamp, v. 23, n. 81, p. 143-160, set 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento de métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.